

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da classificação da Constituição e das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 51 É de eficácia limitada a norma constitucional que estabelece ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer.
- 52 As normas constitucionais programáticas definem comandos-valores que o Estado busca cumprir.
- 53 A Constituição elaborada por uma assembleia constituinte livremente escolhida pelo povo classifica-se, quanto à origem, como outorgada.

A respeito das disposições constitucionais transitórias e da interpretação e aplicação da Constituição, julgue os itens que se seguem.

- 54 De acordo com o princípio da unidade, deve-se interpretar a Constituição de modo a evitar contradições entre suas normas.
- 55 As disposições constitucionais transitórias, assim como os preâmbulos constitucionais, não comportam valor jurídico relevante.

Julgue os próximos itens, referentes aos direitos sociais.

- 56 A Constituição Federal assegura o direito à livre associação sindical ou profissional e veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- 57 É obrigatória a participação de sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- 58 É incompatível com o disposto na Constituição Federal o estabelecimento de diferença de salários em razão da idade do trabalhador.

Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

- 59 É vedado aos municípios criar ou suprimir distritos.
- 60 É facultado aos estados recusar a matrícula, em seu sistema de ensino, de alunos provenientes de outros estados da Federação.
- 61 O princípio básico que orienta a distribuição de competências no Estado brasileiro é a predominância do interesse, de modo que cabe à União legislar sobre matérias e questões em que predomine o interesse geral.
- 62 Compete aos estados legislar sobre comércio interestadual.

Em relação a leis delegadas, julgue os próximos itens.

- 63 A delegação legislativa é instituto de natureza excepcional no contexto da tripartição clássica de poderes.
- 64 Pode o Congresso Nacional delegar ao presidente da República competência para legislar sobre nacionalidade.
- 65 Caso o presidente da República exorbite os limites da delegação legislativa recebida, poderá o Congresso Nacional, no exercício de competência exclusiva, sustar a lei delegada por meio de decreto legislativo.

Acerca da estrutura da administração pública, que abrange as administrações direta e indireta, esta composta por entidades dotadas de personalidade jurídica, julgue os itens subsequentes.

- 66 Não é considerada integrante da administração pública a entidade qualificada com natureza de pessoa jurídica de direito privado que, embora se constitua como sociedade de economia mista, exerça atividade tipicamente econômica.
- 67 O ente federado, ao optar por descentralizar determinada atividade administrativa mediante a criação de uma nova entidade pública que integre a administração pública indireta, deve conferir a esta autonomia administrativa, gerencial, orçamentária e financeira, mas não autonomia política.
- 68 Para criar uma empresa pública com o objetivo de descentralizar a execução de um serviço público, o ente federado deve fazê-lo por meio de delegação mediante contrato administrativo, cabendo à empresa pública a prestação do serviço por sua conta e risco, mas sujeitando-se à fiscalização da pessoa jurídica que o delegou.
- 69 As organizações sociais não estão compreendidas no rol das entidades que constituem a administração pública indireta.

Tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 estabelece, como regra, o procedimento licitatório para a aquisição de bens e serviços, especialmente para garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e da probidade administrativa, entre outros, julgue os itens subsequentes, acerca da licitação e do contrato administrativo.

- 70 O contrato verbal realizado com a administração pública será válido se decorrer de circunstâncias emergenciais.
- 71 A administração pública pode dispensar a licitação quando constatar não haver interessados antes da realização do evento licitatório.
- 72 É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que esse profissional seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- 73 A administração pública pode rescindir o contrato com o particular por ato unilateral e escrito na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

No que se refere a convênios, consórcios públicos, concessões e permissões, julgue os itens a seguir.

- 74 A delegação por contrato administrativo consiste em modelo de descentralização de serviços públicos específicos para que a pessoa delegada, sem a titularidade desses serviços, os preste à população, por sua conta e risco.
- 75 Os convênios são instrumentos que disciplinam a transferência de recursos públicos, tendo como partícipe um órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional e empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos do orçamento do ente, visando à execução de programas de trabalho ou evento de interesse recíproco.
- 76 A permissão é a delegação, a título precário, independentemente de licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Julgue os itens subsequentes, relativos a bens públicos, desapropriação e intervenções do Estado no domínio econômico.

- 77 Os imóveis públicos guardam a característica da imprescritibilidade, salvo os bens públicos dominicais, que podem ser adquiridos por usucapião.
- 78 A propriedade produtiva não pode ser desapropriada, ainda que a justificativa para a desapropriação seja a realização de reforma agrária.
- 79 As empresas públicas que explorem atividade econômica não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- 80 A alienação de bens públicos imóveis da administração pública direta e indireta depende de autorização legislativa.

Considerando o fato de que é imanente à configuração do Estado democrático de direito a fórmula concebida na teoria dos freios e contrapesos (*check and balances*), na qual os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem fiscalizar-se uns aos outros, julgue os próximos itens, a respeito do controle externo e interno da administração pública.

- 81 O Congresso Nacional é órgão de controle externo no que diz respeito à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração pública direta, não se incluindo nessa atividade de controle a administração pública indireta.
- 82 O controle interno exercido pelo próprio órgão ou entidade administrativa restringe-se ao aspecto financeiro, pois o controle de legalidade é feito pelo Poder Judiciário.

Com relação à prescrição em direito administrativo, julgue o item abaixo.

- 83 As dívidas passivas dos entes federados, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a fazenda pública, seja qual for a sua natureza, em regra, prescrevem em cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Julgue os próximos itens, referentes a improbidade administrativa.

- 84 Os atos de improbidade administrativa não podem ser praticados por agente que não seja servidor público.
- 85 Mesmo que determinada conduta de um agente público não cause prejuízo ao erário, ela tipificará a prática de um ato de improbidade administrativa caso viole princípio da administração pública.

Acerca do modelo patrimonialista de Estado, julgue os itens a seguir.

- 86 No Estado patrimonialista, caracterizado pela interseção entre os patrimônios público e privado, os bens e serviços públicos também constituem patrimônio do governante.
- 87 Entre os traços inerentes à administração patrimonialista estão o nepotismo e a corrupção.

Julgue os itens seguintes, a respeito das crises do Estado brasileiro e de suas reformas administrativas.

- 88 A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público representou a segunda reforma administrativa do país, com a implantação da administração pública gerencial.
- 89 O Programa Nacional de Desburocratização, criado na década de 60 do século passado, foi a primeira tentativa de reforma gerencial da administração pública.
- 90 O Decreto-lei n.º 200/1967 garantia a contratação de empregados somente mediante concurso público, o que possibilitou a seleção de administradores públicos de alto nível, contribuindo para a reforma do Estado gerencialista.
- 91 No século XX, com a formação do grande Estado social e econômico, responsável pelos serviços de educação, cultura, saúde, previdência e outros, a administração burocrática foi essencial para garantir eficiência nesse novo cenário.
- 92 A crise da administração pública burocrática foi consequência da sua reforma e da manutenção do patrimonialismo.

Com referência à Reforma da Gestão Pública do Brasil em 1995, julgue os itens que se seguem.

- 93 Embora tenha sido apoiada pelo Centro Latino-Americano de Administração e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Reforma do Estado do Brasil não obteve apoio das Nações Unidas.
- 94 A primeira reforma da administração pública do Brasil foi a reforma burocrática.
- 95 A reforma em questão teve início com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).
- 96 O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) veio em resposta à crise generalizada do Estado brasileiro.
- 97 O Brasil foi um dos últimos países em desenvolvimento a iniciar a sua reforma na gestão pública.

A respeito das organizações e da administração geral, julgue os itens seguintes.

- 98 Os processos administrativos são também chamados de funções administrativas ou funções gerenciais, sendo que os principais são planejamento, organização, direção, execução e controle.
- 99 Quanto maior o nível hierárquico ocupado pelo gerente nas organizações, maior deve ser a sua habilidade técnica para lidar com os problemas do dia a dia e para o processo de tomada de decisões.
- 100 Uma organização é composta por um sistema de recursos, por objetivos específicos, pelos processos de transformação e divisão de trabalho, por fornecedores e clientes.
- 101 Organizações governamentais como ministérios, secretarias, autarquias, fundações e empresas estatais prestam serviços aos cidadãos e auxiliam na administração do Estado.

Acerca dos tipos de departamentalizações modernas, julgue o item a seguir.

- 102 Governança corporativa é um modelo de gestão que, a partir da otimização das interações entre acionistas ou cotistas, conselhos, auditorias e diretoria executiva, visa reduzir o nível de risco e contribuir para uma maior efetividade da empresa no mercado ao longo do tempo.

Julgue o item que se segue, a respeito da gestão de pessoas e da cultura organizacional.

- 103 A cultura organizacional com maior probabilidade de atingir um alto padrão ético será a que tenha alta tolerância aos riscos e agressividade baixa ou moderada e que seja voltada tanto para os fins como para os meios.

Considerando que gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial são fundamentais para uma boa administração, julgue os itens seguintes.

- 104 Uma das técnicas mais utilizadas na gestão da qualidade total, o ciclo Deming e Shewhart, também conhecido com ciclo PDCA (do inglês *plan, do, check, act*), representa um processo cíclico que consiste na representação dos passos de uma atividade ou tarefa e como esses passos se relacionam entre si e com outros.
- 105 A gestão de qualidade de uma organização consiste no conjunto de atividades que a dirigem e controlam, englobando o planejamento, o controle, a garantia e a melhoria da qualidade da gestão.

data	histórico	entradas			saídas			saldos		
		QT	PU*	total*	QT	PU*	total*	QT	PU*	total*
10/9	estoque inicial	10	10,00	100,00				10	10,00	100,00
11/9	consumo secretaria				5	10,00	50,00	5	10,00	50,00
11/9	consumo setor financeiro				3	10,00	30,00	2	10,00	20,00
12/9	recebimento NF 1202/12	15	12,00	180,00				17	11,76	200,00
16/9	consumo setor de treinamento				12	11,76	141,18	5	11,76	58,82
20/9	consumo secretaria				2	11,76	23,53	3	11,76	35,29
21/9	consumo setor financeiro				1	11,76	11,76	2	11,76	23,53
22/9	recebimento NF 1232/12	15	12,50	187,50				17	12,41	211,03
22/9	consumo setor de treinamento				16	12,41	198,62	1	12,41	12,41
23/9	recebimento NF 1235/12	15	12,50	187,50				16	12,49	199,91

\*valores em reais;

QT = quantidade; PU = preço unitário.

Com base nos dados da ficha de prateleira acima e considerando que seja gasto um dia para a reposição do item referido nessa ficha, julgue os itens subsecutivos.

- 106 O estoque de segurança admitido para o item mencionado é o de duas unidades.
- 107 A filosofia *just in time* fundamenta-se na eliminação do desperdício na superprodução, na espera, no transporte, no processamento, no movimento, na produção defeituosa e nos estoques.
- 108 Entre os equipamentos de movimentação classificados como transportadores incluem-se os tratores, os *trailers* e os veículos especiais para transporte a granel.
- 109 O controle de estoque do item de que trata a ficha foi realizado pelo sistema de revisões periódicas.
- 110 A avaliação do estoque do referido item foi realizada pelo método do custo médio.

Julgue os itens que se seguem, relativos a conceitos e princípios arquivísticos e à legislação arquivística.

- 111 A finalidade principal da produção e conservação de documentos de um arquivo é funcional.
- 112 A legislação arquivística não estabelece penalidades para a eliminação de documentos considerados de valor permanente.
- 113 O arquivo do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é considerado um conjunto de peças e de objetos de valor cultural colocados à disposição do público.
- 114 O princípio arquivístico que define e estabelece o fundo de arquivo de uma instituição é o princípio da proveniência ou de respeito aos fundos.
- 115 A classificação interna de um arquivo é definida pela aplicação do princípio da pertinência.

No que se refere à gestão de documentos, julgue os itens a seguir.

- 116 Uma das principais operações do protocolo é o registro, que identifica os elementos de controle do documento, o que possibilita, posteriormente, o acesso a esse documento.
- 117 Após o recebimento de um documento no protocolo, é obrigatória a produção de, pelo menos, três cópias desse documento, de modo a facilitar a sua busca.
- 118 A classificação de documentos deve ocorrer apenas após a descrição e a avaliação do documento de arquivo.
- 119 A gestão de documentos envolve operações técnicas como produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento.
- 120 Os documentos de arquivo em suporte papel não devem ser dobrados, para se evitar que eles fiquem quebradiços.